

REPENSANDO OS SISTEMAS DE CONHECIMENTO PARA A RESILIÊNCIA URBANA: CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS E DECOLONIAIS PARA TRANSFORMAÇÕES JUSTAS¹

Rethinking knowledge systems for urban resilience: feminist and decolonial contributions to just transformations

Katinka WIJSMAN

The New School University
katinka.wijsman@newschool.edu

Mathieu FEAGAN

Arizona State University
mfeagan@asu.edu

Tradução de Luana Zacharias KARAM

Universidade Federal do Paraná

luanakaram@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4830-5930>

RESUMO: O trabalho de planejamento da resiliência urbana reconhece a importância da diversidade de conhecimentos para entender e agir sobre a mudança climática, mas fica aquém de se situar adequadamente dentro de processos históricos contínuos que dão forma a campos urbanos irregulares nos quais o planejamento acontece. Este trabalho usa *insights* das políticas feministas e decoloniais de conhecimento ambiental a fim de desafiar a análise dos sistemas de conhecimento para questionar e alterar explicitamente as estruturas de poder na elaboração do conhecimento ambiental nas cidades norte-americanas. Se a análise dos sistemas de conhecimento pode investigar e intervir nas estruturas de governança através das quais as decisões ambientais e a elaboração de políticas ambientais acontecem, isso exige uma reflexão sobre os compromissos ontológicos, epistemológicos e éticos (ou “pontos de partida”), pois estes carregam um peso material e discursivo: eles abrem e fecham as portas para a prática da resiliência. Dado o crescente reconhecimento de que a resiliência urbana precisa considerar as questões de justiça e equidade, neste artigo utilizamos ideias das teorias femi-

¹ Publicação original: WIJSMAN, Katinka; FEAGAN, Mathieu. *Rethinking Knowledge Systems for Urban Resilience: Feminist and Decolonial Contributions to Just Transformations*. *Environmental Science & Policy*, v. 98, p. 70-76, 2019.



nista e decolonial que têm se centrado nesses temas por décadas e que oferecem “pontos de partida” para repensar os sistemas de conhecimento para a resiliência. Entendendo a urbanização como processo-chave na expansão de relações fundamentais para a produção de mudanças climáticas antropocêntricas, argumentamos que mudar essas relações é crucial para que o planejamento da resiliência urbana contribua para futuros urbanos alternativos e socialmente justos. Contra as tendências de depolitização que o trabalho orientado a soluções pode às vezes exibir, as perspectivas feministas e decoloniais localizam as práticas de produção de conhecimento diretamente dentro das lutas pela justiça social na cidade. Propomos três estratégias para aqueles que trabalham em sistemas de conhecimento para a resiliência a fim de fazer avançar sua prática: focar na justiça e na transgressão, praticar a pesquisa reflexiva e pensar historicamente. Em última análise, este artigo mostra que levar a sério as ciências sociais críticas promove ideias fundamentalmente novas sobre o que as transições para a resiliência urbana podem significar. **PALAVRAS-CHAVE:** política do conhecimento; resiliência urbana; teoria feminista; teoria decolonial.

ABSTRACT: Work in urban resilience planning recognizes the importance of knowledge diversity to understanding and acting on climate change, but falls short in adequately situating itself within ongoing historical processes that shape uneven urban playing fields in which planning happens. This paper uses insights from environmental feminist and decolonial knowledge politics to challenge knowledge systems analysis to explicitly question and alter structures of power in environmental knowledge making in North American cities. If knowledge systems analysis can investigate and intervene in governance structures through which environmental decision- and policy-making happen, this necessitates reflection on ontological, epistemological and ethical commitments (or ‘starting points’) as these carry material and discursive weight: they open up and foreclose ways in which resilience is practiced. Given increasing recognition that urban resilience needs to consider issues of justice and equity, in this paper we take cues from feminist and decolonial scholarship that has centered these themes for decades and which offer ‘starting points’ to rethink knowledge systems for resilience. Understanding urbanization as key process in the expansion of relations fundamental to the production of anthropocentric climate change, we argue that changing these relations is crucial if urban resilience planning is to contribute to alternative and socially just urban futures. Against tendencies of depoliticization that solutions-oriented work can sometimes exhibit, feminist and decolonial perspectives locate knowledge-making practices squarely within struggles for social justice in the city. We propose three strategies for those working on knowledge systems for re-

silience to advance their practice: centering justice and transgression, reflexive research practice, and thinking historically. Ultimately, this paper shows that taking seriously critical social sciences furthers fundamentally new ideas for what transitions to urban resilience could mean. **KEYWORDS:** decolonial theory; feminist theory; knowledge politics; urban resilience.

1. INTRODUÇÃO

“Os problemas ambientais são, antes de tudo, políticos e, portanto, são sobre poder. Eles têm sido causados através do exercício de várias formas de poder e, se forem tratados, isso terá que ser feito através do exercício de outras formas de poder” (LIPSCHUTZ, 2004, p. 133).

“Se você veio aqui para me ajudar, você está perdendo seu tempo. Mas se você veio porque sua libertação está ligada à minha, então vamos trabalhar juntos”. Lilla Watson

A resiliência tornou-se uma estratégia-chave que orienta a política ambiental nas cidades que enfrentam o aumento da frequência e da severidade de eventos climáticos extremos. Dentro do planejamento da resiliência urbana, o foco na participação e na colaboração tem procurado combinar o conhecimento de especialistas, autoridades estaduais e representantes da comunidade para tratar de questões complexas (COLLIER *et al.*, 2016). Essas colaborações são consideradas vitais para criar resultados acionáveis (FRANTZESKAKI; KABISH, 2016), transformações significativas através de diferenças epistêmicas (MUÑOZERICKSON *et al.*, 2017), e consenso sobre prioridades e estratégias de adaptação (ANGUELOVSKI *et al.*, 2016; CASTAN BROTO *et al.*, 2015). A compreensão aprofundada sobre sistemas de conhecimento convida a interrogar esses processos e redes a respeito da criação e uso do conhecimento, com foco no desenvolvimento de *insights* práticos para melhorar a forma como as organizações atuais tomam decisões para enfrentar as realidades da mudança climática (MILLER; MUÑOZERICKSON, 2018). Entretanto, o trabalho sob o viés dos sistemas de conhecimento ainda não abordou arranjos sociopolíticos e socioeconômicos mais profundos, sugerindo uma tendência voltada mais para a otimização ou melhoria dos sistemas de conhecimento dominantes do que para alternativas radicalmente diferentes.

Em um cenário de desenvolvimento urbano desigual, enraizado em arranjos espaciais patriarcais, coloniais, raciais e capitalistas, sustentamos que a análise dos

sistemas de conhecimento precisa estar mais envolvida com a teoria da ciência social crítica para poder contribuir para um futuro urbano justo e igualitário. Aqui, discutimos aspectos-chave das teorias feministas e decoloniais sobre a produção e o funcionamento do conhecimento (ambiental), argumentando que elas oferecem pontos de partida críticos para desafiar sistemas de conhecimento dominantes que andam de mãos dadas com a produção de mudanças climáticas antropocêntricas². Como parte de uma estratégia intersetorial para a mudança transformacional, estas teorias sugerem a necessidade de se envolver com a política e as relações de poder dos sistemas de conhecimento indo além de uma agenda de inclusão da diversidade ou de uma melhor gestão da informação. Em vez disso, são necessários modos de produção de conhecimento fundamentalmente novos, essenciais para a reurbanização das cidades, que desafiam diretamente os legados patriarcais e coloniais constitutivos do espaço dentro do qual os praticantes da resiliência urbana operam. Ao trazer “pesquisa orientada a soluções” (MILLER *et al.*, 2014) para a conversa com abordagens críticas que procuram “transgredir as condições atuais e reinventar o mundo” (GROVE, 2018, p. 17-18; LEACH *et al.*, 2010; SCOONES *et al.*, 2015), começamos a explorar como esses novos modos poderiam ser.

Na próxima seção, discutiremos brevemente a literatura sobre sistemas de conhecimento e resiliência urbana. A seção 3 apresenta *insights* da literatura sobre políticas de conhecimento feministas e decoloniais para abordar os pontos cegos nos sistemas de conhecimento dominantes para a resiliência. A seção 4 propõe elementos de uma estratégia intersetorial para práticas de conhecimento para a resiliência que abordam explicitamente as questões de justiça. Concluimos com noção de que precisamos de maior autoeducação e politização ao situar resiliência urbana dentro da política do conhecimento de justiça, libertação e mudança social.

2. SISTEMAS DE CONHECIMENTO PARA A RESILIÊNCIA URBANA

A organização do conhecimento é um espaço crucial no qual ideias sobre a ordem social e o meio ambiente – e as relações que os sustentam – são formadas e reproduzidas. Descrevendo como o conhecimento tanto molda como é moldado pelos processos sociais,

² O trabalho antirracista e anticapitalista é igualmente importante em questões de qualidade de vida e do papel do Estado, do capital e da comunidade na definição de suas formas, mas discutido em detalhes por outros. Ativistas e estudiosos da justiça ambiental, por exemplo, chamam a atenção para a distribuição desigual de danos ambientais e poluentes entre os moradores da cidade, com pessoas de cor e pessoas pobres carregando o peso do fardo (*e. g.* BULLARD, 1994) e têm apontado que iniciativas para tornar a cidade mais verde podem levar ao desalojamento de pessoas (HARVEY, 2009; FOSTER 2006).

Jasanoff (2004, p. 2) argumenta que “as formas pelas quais conhecemos e representamos o mundo [...] são inseparáveis das formas pelas quais escolhemos viver nele”. Visto que a produção, a validação, a circulação e o consumo do conhecimento estão fundamentalmente ligados às relações de poder, o conhecimento nunca é neutro (FOUCAULT, 1980). Uma postura crítica é, portanto, essencial para avaliar se os conceitos escolhidos, as práticas de produção do conhecimento e as formas de análise nos ajudam a entender o mundo ou simplesmente reforçam as ordens estabelecidas que servem a interesses particulares (JASANOFF, 2004; TSCHAKERT, 2012; TUANA, 2013)³. Na análise da criação e uso do conhecimento sobre mudanças ambientais, Hulme (2010), por exemplo, lamenta a falta de sensibilidade geográfica nos entendimentos dominantes da mudança climática, argumentando que “os centros dominantes de produção de conhecimento global [prestam] pouca atenção às múltiplas formas de conhecer os ambientes, viver nos lugares e imaginar o futuro”, propagando uma visão distorcida da mudança climática como um processo homogêneo, cego para entendimentos localizados da verdadeira variabilidade e urgência do problema (HULME 2010, p. 560). Por exemplo, a elevação global do nível do mar não afetará os locais igualmente, pois os mares estão subindo mais rapidamente em alguns lugares do que em outros, tornando uma média global uma linha de base problemática no planejamento. A este respeito, a costa leste dos EUA tem sido chamada de *hotspot* de inundação em comparação com lugares como São Francisco, onde o aumento do nível do mar provavelmente ficará abaixo da média (HU; BATES, 2018). Mas igualmente importante é que uma mudança no nível da água não será valorizada e experimentada como um problema da mesma forma através e dentro dos diferentes locais: para as comunidades mais pobres, a elevação do nível do mar pode ser um problema existencial e de desalojamento, enquanto as comunidades mais ricas podem mais facilmente se restabelecer em outro lugar ou investir em tecnologias dispendiosas (por exemplo, “paredões”), amenizando (temporariamente) o seu problema.

A análise dos sistemas de conhecimento para a resiliência urbana visa melhorar suas práticas em pelo menos três maneiras. Em primeiro lugar, enquanto ferramenta de pesquisa aplicada ela urge uma compreensão da resiliência dentro de um sistema localizado e espacialmente específico. Por exemplo, o trabalho existente sobre sistemas de conhecimento para resiliência concentra-se na mudança do uso do solo e áreas verdes em San Juan (MUÑOZ-ERICKSON, 2014) ou serviços ecossistêmicos em

³ A este respeito, o conceito de resiliência tem sido cuidadosamente examinado por muitos estudiosos quanto a suas limitações e concessões de pensamento e ação. Não temos espaço para elaborar em detalhes, mas vemos por exemplo Brand e Jax (2007), Chandler (2014), Evans e Reid (2014), Grove (2018), Walker e Cooper (2011).

Berlim e Roterdã (FRANTZESKAKI; KABISH, 2016), situando o conhecimento sobre resiliência em contextos específicos e não como uma abstração global⁴. Tal abordagem é pensada para facilitar a ação concreta na forma de elaboração de novas políticas. Em segundo lugar, através de noções de coprodução, democracia do conhecimento e inclusão (FRANTZESKAKI; KABISH, 2016; CORNELL *et al.*, 2013; MUÑOZ-ERICKSON *et al.*, 2017), o trabalho em sistemas de conhecimento para a resiliência reconhece que diferentes atores sabem coisas diferentes e que a gestão da informação orientada por especialistas não é suficiente nas discussões sobre resiliência urbana. Em vez disso, os sistemas de conhecimento deveriam abraçar valores como uma pluralidade de perspectivas, enquadramento coletivo de problemas e estabelecimento de agenda social (Cornell *et al.*, 2013). Em terceiro lugar, a análise dos sistemas de conhecimento reconhece a necessidade de prestar atenção analítica às práticas que “mantêm certos padrões de pensamento” (MUÑOZ-ERICKSON *et al.*, 2017, p. 1):

Embora os estudiosos da governança urbana reconheçam a importância de múltiplos conhecimentos ou perícia na pesquisa e desenvolvimento de estratégias para a cidade sustentável, pode lhes faltar uma análise crítica das políticas e dinâmicas de poder que envolvem a perícia, das práticas institucionais que moldam o conhecimento produzido e como as cidades são projetadas, e se existem capacidades para repensar e reconfigurar as ligações entre conhecimento e ação (MUÑOZ-ERICKSON *et al.*, 2017, p. 6).

Ao mapear as condições institucionais existentes, os arranjos políticos e as práticas sociais, a análise dos sistemas de conhecimento pode iluminar conflitos e alinhamentos potenciais na construção da resiliência, e assim (potencialmente) contribuir para uma maior capacidade de tomada de decisão que é contemplada por estas dinâmicas de sistema.

Entretanto, os questionamentos críticos do planejamento da resiliência encorajam a reflexão sobre as limitações da análise dos sistemas de conhecimento para a resiliência urbana. Os estudiosos continuam manifestando preocupações sobre quem se beneficia ou é sobrecarregado pelas intervenções de resiliência (MEEROW; NEWELL, 2016).

⁴ Isso não impede que os próprios atores humanos no sistema de conhecimento utilizem tais abstrações globais, por exemplo, quando assumem que o conceito de resiliência (seja em termos ecológicos, sociais, de engenharia ou outras definições) se aplica igualmente em todas as localizações geográficas, ou que a taxa na qual os ecossistemas e seus componentes produzem certos serviços ecossistêmicos em um lugar pode, então, ser aplicada como um substituto em outros contextos, independentemente de mudanças na geografia.

Alguns argumentam que o planejamento da resiliência se alinha com os interesses de desenvolvimento, exacerbando as injustiças históricas de uso e desenvolvimento da terra (ANGUELOVSKI *et al.*, 2014; SOVACOOOL *et al.*, 2015) acompanhando a virada neoliberal (BURKE; HEYNEN, 2014; NEWELL, 2015). A falta de atenção adequada aos contextos históricos e estruturais torna até mesmo as iniciativas de planejamento participativo e inclusivo capazes de exacerbar resultados desiguais e desigualdades socioespaciais (ANGUELOVSKI *et al.*, 2016; SHI *et al.*, 2016), à medida que as dinâmicas de poder assimétrico e os conflitos sobre os recursos têm sua importância reduzida em nome da colaboração, enquanto *trade-offs* que impactam a distribuição de benefícios e encargos podem ser ocultados através de um foco em soluções *win-win* (PELLING *et al.*, 2015). A este respeito, às vezes se diz que estudos sobre resiliência preservam o *status quo* econômico político através da falta de atenção analítica às causas estruturais da desigualdade socioeconômica e da normalização da vulnerabilidade (CANNON; e MUELLER-MAHN, 2010; PELLING, 2010; MacKINNON; DERICKSON, 2012). Os contextos históricos e sociais não são problemas que podem ser simplesmente superados ao se conseguir um assento à mesa — uma mesa deformada, desigual e preparada para servir a preconceitos sistêmicos estabelecidos — mas são constitutivos de vulnerabilidades e capacidades que moldam a forma como se age no mundo. Para algumas comunidades da cidade de Nova York, por exemplo, o planejamento da resiliência não tem o foco principal na questão de proteção contra enchentes, mas na acessibilidade de moradia e acesso de amenidades em bairros onde as comunidades tiveram que se mobilizar contra o desenvolvimento e a gentrificação por décadas; e a participação nos processos de planejamento, portanto, não é um meio para um fim (um método para planejar a resiliência), mas um resultado em si (a constituição de um público que pode tratar de coisas comuns) (COLLIER *et al.*, 2016). Isso significa que, no planejamento da resiliência, a participação não é um compromisso a curto prazo para resolver um problema pré-concebido, mas uma assembleia de constituintes a longo prazo que exige a contribuição na tomada de decisões através de uma noção de justiça processual.

A alta aposta na organização das relações socioespaciais requer, então, uma perspectiva de formação e uso do conhecimento que enfatize as relações de poder e a longa duração na qual elas se formam e se expressam espacialmente. Se a resiliência “exige transformações nas formas de pensar” (MUÑOZ-ERICKSON *et al.*, 2017, p. 2), não é apenas preocupante a forma como as cidades pensam (ou seja, os processos que a análise dos sistemas de conhecimento visa desvendar), mas como nós, enquanto analistas, pensamos sobre o conhecimento nas cidades (ou seja, as posições ontológicas

e epistemológicas das quais partimos ao analisar o conhecimento como um processo social). O que sabemos e como sabemos estão intimamente relacionados. Como Haraway (2016) argumentou, importa com quem pensamos; no restante deste artigo, pensamos com estudiosos críticos do conhecimento ambiental sob a perspectiva feminista e decolonial. Nosso objetivo é abrir uma conversa sobre como as perspectivas feministas e decoloniais podem localizar novos pontos de partida para sistemas de conhecimento para a resiliência urbana, criando uma gama mais ampla de possibilidades para compreender — e intervir — nas relações socioespaciais urbanas.

3. ABORDAGENS FEMINISTAS E DECOLONIAIS PARA A POLÍTICA DO CONHECIMENTO AMBIENTAL

A análise feminista e a análise decolonial das práticas de conhecimento oferecem *insights* críticos para abordar as desigualdades embutidas nos sistemas de conhecimento dominantes, permitindo um exame do funcionamento da resiliência urbana a partir de uma perspectiva de justiça. Apresentamos três temas inter-relacionados que, juntos, ajudam a colocar as práticas alternativas de conhecimento em foco: posicionalidade, situacionalidade e responsabilidade.

3.1. Posicionalidade

As análises feministas e decoloniais reconhecem que a posição social — ou posicionalidade — de uma conhecedora⁵ importa para o que e como ela sabe, e que, além disso, a posição de grupos socialmente marginalizados oferece pontos críticos para nomear e desafiar práticas de conhecimento estruturalmente dominantes, cegos à sua própria ignorância. Revelando a masculinização do ambientalismo e a subsequente subvalorização das preocupações de justiça ambiental devido à exclusão das vozes das mulheres na política climática, MacGregor (2010), por exemplo, mostra como as questões levantadas por mulheres, tais como poluição industrial, uso de pesticidas, economia de sementes e radiação nuclear, recebem pouca atenção por parte dos formuladores de políticas sobre mudança climática. Em alguns casos, essas questões são até mesmo apresentadas como soluções para as questões da mudança climática sem reconhecer estas preocupações, por exemplo, colocando a energia nuclear ou os organismos geneticamente

⁵ (N. T.). No artigo original, a autora e o autor optaram por fazer a generalização no feminino. Dessa maneira, a tradutora optou por seguir a mesma lógica, então manteve a generalização no feminino nas mesmas palavras que foram generalizadas no feminino no artigo original.

modificados (OGM) como estratégias para limitar ou viver com a mudança climática. Da mesma forma, as estratégias para diminuir as pegadas nacionais de carbono, incluindo a energia nuclear, as transições de gás natural e a energia eólica, representam riscos muitas vezes ignorados para os povos indígenas, incluindo “a profanação de locais sagrados, a poluição, as violações do consentimento livre, prévio e informado, e o aumento das taxas de violência sexual através do tráfico sexual em campos de homens criados para abrigar trabalhadores da indústria de petróleo e gás” (WHYTE, 2017, p. 3). O não reconhecimento das mulheres e dos povos indígenas, assim como de outros grupos socialmente marginalizados, como legítimos conhecedores é problemático porque limita os tipos de conhecimentos considerados relevantes e arrisca manter ocultas as realidades que só os grupos socialmente marginalizados experimentam dentro da ordem social dominante.

O enquadramento da questão da mudança climática e da resiliência importa, então, para a questão de qual conhecimento tem visibilidade e é considerado relevante. Mas uma solução epistemológica de simplesmente acrescentar perspectivas mais diversas a uma área de questão definida é insuficiente. Isso se torna claro quando consideramos o caso de vulnerabilidade na adaptação ao clima. As feministas têm argumentado que as implicações de tal vulnerabilidade ultrapassam a diferença dos impactos das mudanças climáticas sobre cada gênero, chegando a afetar a divisão de trabalho por gênero e as vulnerabilidades, responsabilidades e ameaças associadas (MacGREGOR, 2014; TUANA, 2013). A vulnerabilidade é produzida através da projeção do “lugar da mulher” em um mundo masculinista: não é tanto a ideia de que as mulheres sejam simplesmente inerentemente mais vulneráveis (Arora-Jonsson 2011; Tschakert 2012), mas sim a noção de que os sistemas patriarcais perpetuam os papéis das mulheres como primariamente cuidadoras, o que, combinado com restrições culturais à sua mobilidade e falta de bens, torna a maioria das mulheres vulneráveis quando ocorrem eventos climáticos extremos. Ao questionar por que e como as mulheres são feitas para assumir esses papéis em primeiro lugar, a análise feminista lança dúvidas sobre a versão masculinista da vulnerabilidade — uma vulnerabilidade que nunca pode ser abordada de forma significativa sem substituir a ordem patriarcal dominante por outra: uma organização social mais justa. Da mesma forma, as perspectivas decoloniais concebem, agora, a vulnerabilidade dos povos indígenas às mudanças climáticas como resultado da “intensificação do colonialismo” (WHYTE, 2017) — construído a partir de visões de mundo eurocêntricas institucionalizadas (GROSFUGUEL, 2007; QUIJANO, 2007), um ataque genocida à existência indígena (LaDUKE, 2005; SMITH, 2005) — e da imposição da economia capitalista de combustíveis fósseis (WHYTE, 2019). Falar especificamente

sobre a vulnerabilidade indígena à mudança climática sem falar explicitamente das forças coloniais e capitalistas que criam as condições de vulnerabilidade é problemático.

A posicionalidade é, portanto, um conceito crítico para contextualizar histórica e politicamente a vulnerabilidade, assim como expor e desafiar as ordens sociais dominantes que produzem esta vulnerabilidade. Tanto as epistemologias feministas quanto as decoloniais apontam para experiências de insegurança e vulnerabilidade que não podem ser simplesmente reduzidas à vulnerabilidade sistêmica: a vulnerabilidade não é um sinal de um sistema social fora de seu eixo que pode ser corrigido melhorando a adaptabilidade através da reforma da governança e da intervenção participativa (*cf.* COLLIER; LAKOFF, 2014; GROVE, 2018). Em vez disso, a vulnerabilidade é um problema de condições estruturais mais amplas que requerem diferentes técnicas de intervenção. O que este exemplo mostra é que o conhecimento para a resiliência urbana não repousa apenas em considerações epistemológicas, mas também ontológicas, que dão visibilidade a certas visões de mundo enquanto obscurecem outras.

3.2. Situacionalidade

As abordagens feministas e decoloniais mostram que o conhecimento nunca existe fora do interesse e da política: nossos dispositivos analíticos (implícitos) — como sabemos — e o lugar dentro das relações sociais dominantes — quem sabe — afetam a produção do conhecimento — o que sabemos —. O objetivo não é abandonar a busca de uma melhor análise porque a objetividade é complicada, mas sim buscar um envolvimento contínuo com conceitos, práticas e estruturas analíticas escolhidas, para revelar os pontos cegos incorporados nos sistemas de conhecimento dominantes. Por exemplo, com relação à adaptação às mudanças climáticas, a hegemonia dos embasamentos técnico-científicos é problemática porque os juízos de valor sobre objetividade, desprendimento, controle, eficiência e abstração determinam representações de danos (ISRAEL; SACHS, 2013; TUANA, 2013). O limiar preciso de 2° C para evitar interferências antropogênicas perigosas no sistema climático obscurece a quantidade de comunidades que atingem os limites de adaptação bem antes deste limiar supostamente seguro (SEAGER, 2009). Nações, organizações e corporações poderosas estruturam sistemas de conhecimento dominantes através de práticas de império e colonização que caminham lado a lado com a destruição ambiental (HARDING, 2008) e «epistemicídio» de formas de conhecimento não europeias (SANTOS, 2008), levando a enquadramentos indiferenciados que colocam as pessoas do sul global como vítimas vulneráveis dependentes das pessoas do norte, que trazem soluções agenciais e científico-tecnológicas (TUANA, 2013).

Oferecendo alternativas à ciência e política ambiental além do domínio e controle sobre a natureza (*cf.* MERCHANT, 1980; PLUMWOOD, 1993), as contribuições feministas e decoloniais incluem uma ampla gama de abordagens que exigem um envolvimento explícito com os fundamentos epistemológicos e ontológicos das práticas dominantes de produção de conhecimento na ciência, na pesquisa e na vida cotidiana. Conhecimentos situados (HARAWAY, 1988), com foco no cotidiano em vez do excepcional (Smith 1987), e em corpos, lares e comunidades políticas e espaciais em vez de grupos demográficos ou de identidade (*e.g.*, ELMHIRST, 2011; NIGHTINGALE, 2011), oferecem maneiras de pensar sobre conhecimento, relações de poder e mudanças climáticas simultaneamente. As experiências indígenas revelam ligações entre mudança climática, colonialismo e capitalismo que muitas vezes são ignoradas: “[há uma] omissão perturbadora quanto à fonte de riqueza da economia, que é gerada diretamente a partir da exploração das pátrias indígenas” (ALLOOLOO, 2017). Análises decoloniais e feministas revelam as suposições masculinistas e eurocêntricas das práticas de produção de conhecimento acadêmico (SMITH, 1987; SMITH, 1999; WILSON, 2008), enquanto também levantam questões ontológicas mais profundas sobre a suposta compatibilidade universal dos conceitos analíticos (HARTSOCK, 2004; WILSON, 2008; SMITH, 2016) através de diferentes formas de conhecimento (CAJETE, 2000; ORTIZ, 1998). Por exemplo, não se deve assumir que as relações socioecológicas de gestão ambiental dentro de certas cosmologias indígenas correspondem a noções científicas ocidentais de utilidade e gestão de recursos ou de uso e proteção responsável com base numa ética da terra, quando estas podem ser práticas fundamentalmente diferentes dentro de realidades ontologicamente distintas, ao invés de diferentes formas de conhecer a mesma realidade objetiva (DESCOLA, 2013; CASTRO, 1998). Os povos indígenas estão entre os grupos que mais crescem nas cidades norte-americanas (US Census Bureau, 2012). Enquanto isso, o conhecimento sobre resiliência urbana parece fundamentar-se exclusivamente nos sistemas de conhecimento da ciência ocidental, e a análise dos sistemas de conhecimento parece concentrar-se em melhorar a capacidade do Estado de tomar decisões diante das mudanças climáticas, sem questionar a compatibilidade epistemológica ou ontológica de tais decisões com as injustiças do planejamento urbano do passado (HAYDEN, 1995) ou com as cada vez mais diversificadas populações urbanas do futuro.

3.3. Responsabilidade

Os estudiosos feministas e decoloniais enfatizam a importância de se refletir sobre as práticas do conhecimento através de uma lente de responsabilidade epistêmica (TUANA, 2008; CODE, 1991). Quais são os mundos trazidos à tona e que existem através de nossos conceitos, práticas e estruturas? Alloodoo (2017) argumenta que os sistemas de conhecimento dominantes não conseguem lidar com estruturas que exacerbam a crise climática, e que a liderança de dentro de tais sistemas tende a perpetuar a visão de mundo dominante como parte de qualquer solução proposta, obstruindo a mudança estrutural ao impor sua base de conhecimento como inevitável, necessária ou superior. Até hoje, o engajamento com o conhecimento indígena em ciência e política ambiental raramente desafiou de maneira explícita a opressão colonial em curso praticada através do Estado-nação em questões de mudança climática como expansão de dutos, desmatamento, mineração, agricultura industrial e deslocamento (OBERMEISTER, 2017; BOWLES; VELTMEYER, 2014; JALBERT *et al.*, 2017); no entanto, o conhecimento ecológico indígena é mais do que informação valiosa: é parte de uma estratégia para resistir à mudança climática e fortalecer a comunidade (WHYTE, 2017).

A responsabilidade, então, é sobre uma reflexão acerca do que está em jogo na análise e criação de sistemas de conhecimento. No caso da resiliência, vemos um chamado para interrogar criticamente as exigências feitas em nome da resiliência — para se adaptar diante da adversidade (qual adversidade?) — e a quem é pedido que esteja à altura dessas exigências, pois a superação da adversidade requer trabalho físico e emocional. É imperativo perguntar o que certas conceituações de resiliência produzem e o que elas impedem, já que colocar o problema da resiliência de modos particulares leva a soluções específicas de resiliência. Enfatizar a capacidade de suportar eventos climáticos extremos sem vítimas ou ferimentos diretos é pouco eficaz para enfrentar os picos de violência doméstica e sexual que as mulheres enfrentam em situações de sofrimento ambiental (SEAGER, 2012), ou para propor alternativas à economia de combustível fóssil que coloca certos grupos estruturalmente no caminho dos desastres. Se buscamos tornar as condições materiais e sociais de nossas vidas mais justas e iguais, não podemos tomar a resiliência como sinônimo de reforçar estruturas que se desvalorizam com base na diferença social, ou conceber que a adaptação ocorre apenas no contexto do *status quo* e não no sonho de transformação. Dito de outra forma, as abordagens feministas e decoloniais nos advertem para não separar a resiliência da questão da transformação social; se tal separação ocorrer, devemos resistir à resiliência (como faz Tracie Washington

do Instituto de Justiça de Louisiana em seu cartaz em Nova Orleans, dizendo “Pare de me chamar de resiliente. Porque cada vez que você diz ‘oh, eles/as são resilientes’, isso significa que você pode fazer algo a mais comigo. Eu não sou resiliente”). Para os sistemas de conhecimento, isto significa repensar o ponto de partida da investigação e cultivar a capacidade de imaginar futuros fundamentalmente diferentes.

3.4 Algumas implicações para os sistemas de conhecimento para a resiliência urbana

Cidades e formas urbanas não são espaços neutros; são parte da reprodução de uma forma de organização social construída sobre, e que perpetua, relações espaciais patriarcais e coloniais (SIMPSON, 2011; POJANI *et al.*, 2018; HAYDEN, 1995) — mesmo assim, também são locais de resistência e reimaginação; onde as relações de gênero tradicionais são desestabilizadas e a normalização das relações coloniais é desafiada através de atos de ressurgimento. A introdução de processos de coprodução de conhecimento para a resiliência urbana sem abordar as desigualdades históricas contínuas do contexto urbano não é promissora para futuros justos (WEBB *et al.*, 2018); menos ainda quando o número de participantes e reuniões é usado como o principal indicador de participação (MEEROW *et al.*, em revisão). Da mesma forma, a análise dos sistemas de conhecimento com foco apenas nos atores sociais dominantes e nas visões de mundo que prevalecem é problemática, pois tenderá a silenciar e apagar a alteridade. Quando enquadrado a partir da perspectiva dos mais marginalizados, o futuro da resiliência urbana só é promissor na medida em que acarreta mudanças nas relações de poder, incluindo as práticas de conhecimento.

Tabela 1: os diferentes pontos de partida e objetivos da análise de sistemas de conhecimento e perspectivas feministas e decoloniais sobre produção de conhecimento e resiliência urbana.

	Pontos de partida	Metas de resiliência urbana
Análise de sistemas de conhecimento	Analisar a produção, validação, circulação e consumo de conhecimento dentro e através de contextos institucionais e culturais.	Apoio aos atores municipais para atualizar, melhorar ou fazer mudanças nos sistemas de conhecimento que eles conseguem para melhorar sua funcionalidade; criação de novas conexões de rede entre os atores de resiliência em um contexto estrutural amplamente incontestável.
Feminista e decolonial perspectivas	Reconhecer como as relações de poder coloniais e patriarcais impõem uma ordem social dominante que desvaloriza as mulheres e as formas de conhecimento dos povos indígenas. Nomear e desafiar o material central e as práticas discursivas que constituem obstáculos à reorganização das relações sociais de produção do conhecimento, através dos temas de posicionalidade, situacionalidade e responsabilidade.	Desafiar a suposta objetividade e universalidade das práticas de conhecimento herdadas através de uma perspectiva predominantemente branca, masculina e europeia; apoiar a luta social para substituir as realidades coloniais patriarcais dos colonos, com novas visões e redes para uma ordem social e uma forma urbana alternativas, que valorizem o conhecimento e a liderança das mulheres e dos povos indígenas.

Fonte: Os autores (2019).

A Tabela 1 resume os diferentes pontos de partida e objetivos dos sistemas de conhecimento, perspectivas feministas e decoloniais, em relação à resiliência urbana. Enquanto a análise dos sistemas de conhecimento tira uma fotografia dos canais oficiais e dos atores neles presentes em uma tentativa de apoiar sua capacidade de diagnosticar certos pontos cegos ou outros problemas que podem ser aparentes após o mapeamento de todo o conjunto de pontos e fluxos de informação, as perspectivas feministas e decoloniais partem das desigualdades herdadas e das relações de poder sobre as quais tais sistemas de conhecimento se baseiam, para apoiar o impulso para imaginar e trabalhar em direção a futuros radicalmente diferentes. As diferentes abordagens tendem a conduzir diferentes direções, com a primeira empenhada em melhorar o *status quo* enquanto a segunda visa

desafiar e substituir o *status quo* por uma ordem social mais equitativa e justa. Em vez de colaboração a qualquer custo, conflitos, contradições e atritos são os pontos críticos para intervenções transformadoras. Estes pontos apelam para aqueles que podem sentir e ver tensões para liderar e/ou apoiar processos de mudança, e para aqueles que podem estar menos sintonizados para aprender a dar um passo atrás e ouvir mais de perto.

4. MUDANÇA DE RUMO: ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA INTER-SECCIONAL PARA A JUSTIÇA DE RESILIÊNCIA URBANA

Os sistemas de conhecimento dominantes tendem a manter padrões ligados à reprodução da ordem social dominante que servem — mas, como sugerido na seção anterior, as abordagens feministas e decoloniais apontam para possibilidades de interrupção desta reprodução, oferecendo diferentes pontos de partida para projetos de movimentação, como a resiliência urbana, para trajetórias fundamentalmente diferentes. Posicionamos os *insights* das políticas de conhecimento feministas e decoloniais como componentes necessários dentro de uma estratégia interseccional mais ampla para mudar o rumo, e propomos três elementos de tal estratégia: centralizar a justiça e a transgressão, a prática de pesquisa reflexiva e o pensamento histórico. Argumentamos que estes elementos estratégicos desafiam o contexto de *status quo* dos sistemas de conhecimento e da resiliência urbana ao reconhecer as lutas sociais e políticas contínuas da governança da sustentabilidade urbana.

4.1. Centrar a justiça e apoiar a transgressão

Os esforços em direção a futuros urbanos resilientes devem começar com conexões com as lutas existentes por justiça social, reconhecendo os laços entre desigualdade ambiental e social, mudança climática antropocêntrica e a organização socioeconômica da sociedade. Centrar a justiça e apoiar a transgressão significa que qualquer transformação dos sistemas de conhecimento para a resiliência urbana requer uma visão voltada para as mudanças na organização do poder na sociedade. Como as instituições geralmente não são muito boas em se transformar — mesmo com boas intenções, a liderança atual pode não ver como suas próprias ações podem aprofundar as relações coloniais e patriarcais (DHILLON, 2017) — a prática de vários grupos de justiça social e ambiental é crucial para alcançar mudanças significativas. Isto não é simplesmente uma questão de troca de informações. Como Walia argumenta:

Os movimentos e comunidades resilientes raramente podem ser sustentados simplesmente com base em análises compartilhadas sobre as falhas do sistema. A motivação para movimentos e comunidades fortes é genuína, empática, saudável e terna com relações sociais forjadas no processo de luta, à medida que superamos a lógica do sistema dominante (WALIA, 2013, p. 266).

A colaboração para o planejamento justo da resiliência, então, é melhor capturada na ideia de apoiar a dissidência e a transgressão. bell hooks demonstra a importância da transgressão ao lembrar sua experiência de passar de uma escola segregada com professoras negras “comprometidas em alimentar o intelecto” para uma escola racialmente integrada onde “o conhecimento era de repente apenas sobre informação, apenas [...] não mais ligado à luta antirracista” (1994, p. 2-3). Contra a suposição de que a integração de crianças negras nas escolas brancas era inequivocamente um progresso, hooks mostra que escolas só de negros poderiam ser um lugar onde “aprendemos cedo que nossa devoção ao aprendizado [...] era um ato contra-hegemônico, uma forma fundamental de resistir a toda estratégia de colonização racista branca” (1994, p. 2) (ver também SIMPSON, 2014). É um exemplo poderoso de como as mudanças para a justiça são mais do que sobre espaços diversos; são sobre práticas de conhecimento que precisam abordar as distribuições de poder para uma transformação significativa. O acadêmico ativista Alan Sears (2014) argumenta que o futuro dos movimentos pela justiça social e ambiental reside na construção de novas infraestruturas de dissidência, já que muitos dos espaços que apoiaram vários esforços de organização no passado foram perdidos para projetos de renovação e reordenamento urbano. Contribuir para a justiça de resiliência urbana implica, então, apoiar atividades que permitam práticas transgressoras de produção de conhecimento, o que inclui práticas de compartilhamento de recursos e de poder para atender às necessidades das comunidades marginalizadas e preparar o terreno para futuros radicalmente novos.

4.2 Prática de Pesquisa Reflexiva

A compreensão da produção de conhecimento através das lentes de posicionalidade, situacionalidade e responsabilidade faz com que os pesquisadores não apenas reconheçam o conhecimento dos outros de formas mais complexas, mas também pratiquem a reflexividade com relação às suas próprias práticas de produção de conhecimento. A reflexividade atenta explicitamente para o papel da pesquisadora e como seu conhecimento pessoal (proveniente da experiência contextualizada, educação,

etc.) e o conhecimento dos coletivos nos quais ela participa (as regras de fazer sentido dentro de comunidades epistêmicas específicas) moldam o processo e o conteúdo de sua prática de pesquisa (YANOW, 2009). Uma prática reflexiva reconhece que um relato da realidade não simplesmente registra ou espelha a realidade, mas traz em foco realidades e significados específicos através da seleção e uso de certos conceitos, teorias e procedimentos em vez de outros. Além disso, uma abordagem interseccional da prática reflexiva ajuda a desenvolver estratégias que vão além da experiência de opressão de qualquer grupo marginalizado, em direção a uma análise coletiva das realidades sistêmicas e estruturais que de outra forma ameaçam “manter o sistema no lugar para todos nós” (SMITH, 2016, p. 69). Este trabalho implica aprender através das experiências marginalizadas e reconhecer as contribuições intelectuais produzidas pela luta social, em vez de assumir que os pesquisadores são os principais responsáveis por desenvolver e empunhar as estruturas conceituais das práticas emancipatórias (CHOUDRY, 2015). Para os pesquisadores de resiliência, a reflexão não só sobre as possibilidades, mas também sobre os limites do pensamento sistêmico é crucial, pois molda como a mudança social é conceitualizada (COTE; NIGHTINGALE, 2012) e, portanto, quais intervenções na ordem social são propostas e como elas podem possibilitar ou restringir as transformações justas. Uma atitude reflexiva reconhece que, como pesquisadores/as, estamos localizados dentro de redes de poder e participamos da (re)configuração das relações de poder. Refletir sobre o que e como sabemos, e sobre os pressupostos políticos tecidos através de nossas pesquisas, significa reconhecer as implicações de nosso trabalho na viabilização ou desmantelamento das estruturas socioeconômicas e sociopolíticas da desigualdade.

4.3. Pensando historicamente

A criação ou redesenho de sistemas de conhecimento para aumentar a resiliência urbana é em sua maioria enquadrada como uma questão de futuro ambiental na esteira das mudanças climáticas: se queremos evitar cenários apocalípticos futuros de tempestades, secas, inundações e escassez de alimentos e água doce, devemos mapear e mudar nossos sistemas agora. Ao longo deste artigo, sugerimos que o conhecimento sobre o meio ambiente e a mudança climática — mas também sobre vulnerabilidade, risco, natureza, relações socioecológicas, etc. — é em grande parte moldado através de contextos situados saturados com contínuos legados históricos de exclusão social. Apesar de certas vitórias emancipatórias das últimas décadas, mostramos através do trabalho de outros que a história patriarcal e colonial tem uma relação fundamental com o presente. Se os sistemas de conhecimento para a resiliência urbana devem contribuir apenas para o futuro, a

compreensão e a abordagem desses legados em curso são fundamentais. Isso significa que o pensamento histórico e o uso de técnicas de pesquisa histórica devem ser um elemento importante para a prática do planejamento da resiliência urbana — assim como indicam as ricas bases de conhecimento (ver PEAKE *et al.*, 2018; DAVIS, 2006; LEFEBVRE, 1996; MALM, 2018; HAYDEN, 1995; ANGUS 2016). A consciência histórica — na qual a história não é vista como um passado fechado, mas como parte de nosso tecido socioecológico contemporâneo — é necessária para entender por que a resiliência pode ser abraçada ou resistida como uma estratégia para moldar o espaço urbano.

5. CONCLUSÃO

Dadas as projeções de crescimento urbano em um futuro de eventos climáticos cada vez mais extremos, não é surpreendente que as questões sobre a resiliência urbana estejam em ascensão, mas é importante que os esforços em nome dela não contribuam para perpetuar sistemas de conhecimento dominantes e formas de urbanização que nos levaram à situação atual de mudança climática antropogênica e desigualdade social. Neste artigo, focalizamos um subconjunto de questões que surgem no campo emergente dos sistemas de conhecimento e do planejamento da resiliência urbana. Até hoje, o problema dos sistemas de conhecimento para a resiliência urbana tem sido enquadrado em grande parte como uma combinação para obter melhores dados, incluindo perspectivas mais diversas, e melhorar os arranjos institucionais para aumentar a funcionalidade dos sistemas de conhecimento atuais. No entanto, subsistem dúvidas sobre como este enquadramento é cúmplice da perpetuação dos sistemas de conhecimento dominantes, levando à atual crise climática. Em vez de limitar as soluções dentro desses sistemas, exploramos as possibilidades de reenquadrar fundamentalmente a resiliência urbana para apoiar o trabalho de resiliência organizado com um foco explícito na justiça, construído sobre políticas de conhecimento feministas e decoloniais. Utilizando ideias sobre as políticas de produção de conhecimento a partir de abordagens feministas e decoloniais, os sistemas de conhecimento para a resiliência urbana podem ser reinventados dentro de uma estrutura que apresenta novas possibilidades socialmente justas para futuros resilientes, fundamentadas em um reconhecimento e um ajuste de contas das lutas históricas que levaram à crise atual.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da National Science Foundation para a Rede de Pesquisa em Resiliência Urbana a Extremidades de Sustentabilidade (projeto #1444755). Também queremos agradecer ao público da Arizona State University e da The New School, e a dois revisores anônimos, por seus comentários perspicazes e sugestões valiosas sobre os rascunhos deste artigo.

REFERÊNCIAS

ALLOOLOO, S. Why indigenous voice matters in climate justice. **Indigenous Climate Action**, [2017]. Disponível em: <https://www.indigenousclimateaction.com/entries/why-indigenous-voice-matters-in-climate-justice>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ANGUELOVSKI, I. CHU, E.; CARMIN, J. Variations in Approaches to Urban Climate Adaptation: Experiences and Experimentation from the Global South. **Global Environmental Change**, v. 27, p. 156-167, 2014.

ANGUELOVSKI, I. *et al.* Equity Impacts of Urban Land Use Planning for Climate Adaptation: Critical Perspectives from the Global North and South. **Journal of Planning Education and Research**, v. 36, n. 3, p. 333-348, 2016.

ANGUS, I. **Facing the Anthropocene: Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth System**. New York: Monthly Review Press, 2016.

ARORA-JONSSON, S. Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender, and climate change. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 2, p. 744-751, 2011.

BOWLES, P.; VELTMEYER, H. **The Answer Is Still No: Voices of Pipeline Resistance**. Halifax and Winnipeg: Fernwood Publishing, 2014.

BRAND, F.; JAX, K. Focusing on the meaning(s) of resilience: resilience as a descriptive concept and a boundary object. **Ecology and Society**, v. 12, n. 1, p. 23, 2007.

BULLARD, R. D. (ed.). **Unequal Protection: Environmental Justice and Communities of Color**. San Francisco, CA: Sierra Club Books, 1994.

BURKE, B.; HEYNEN, N. Transforming Participatory Science into Socioecological Praxis Valuing Marginalized Environmental Knowledges in the Face of the Neoliberalization of Nature and Science. **Environment and Society: Advances in Research**, v. 5, p. 7-27, 2014.

CAJETE, G. **Native Science**: Natural Laws of Interdependence. Sante Fe: Clear Light Publishers., 2000.

CASTAN BROTO, V.; BOYD, E.; ENSOR, J. Participatory Urban Planning for Climate Change Adaptation in Coastal Cities: Lessons from a Pilot Experience in Maputo, Mozambique. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 13, p. 11-18, 2015.

CHANDLER, D. **Resilience**: The of Art of Governing Complexity. London: Routledge, 2014.

CHOUDRY, A. **Learning Activism**: The Intellectual Life of Contemporary Social Movements. Toronto: University of Toronto Press, 2015.

CODE, L. **What can she know?** Feminist Theory and the Construction of Knowledge. New York: Cornell University Press, 1991.

COLLIER, S.; COX, S.; GROVE, K. Rebuilding by Design in Post-Sandy New York. **Limn**, n. 7, 2016.

COLLIER, S.; LACKOFF, A. Vital Systems Security: Reflexive Biopolitics and the Government of Emergency. **Theory, Culture & Society**, v. 32, n. 2, p. 19-51, 2014.

CORNELL, S. *et al.* Opening up knowledge 34 systems for better responses to global environmental change. **Environmental Science & Policy**, v. 28, p. 60-70, 2013.

DAVIS, M. **Planet of Slums**. London: New Left Books, 2006.

DESCOLA, P. **Beyond Nature and Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

DHILLON, J. **Prairie Rising**: Indigenous Youth, Decolonization, and the Politics of Intervention. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

DOHERTY, M.; KLIMA, K.; HELLMANN, J. J. Climate change in the urban environment: Advancing, measuring and achieving resiliency. **Environmental Science & Policy**, v. 66, p. 310-313, 2016.

ELMHIRST, R. Introducing new feminist political ecologies. **Geoforum**, v. 42, n. 2, p 129-132, 2011.

EVANS, B.; REID, J. **Resilient Life**: The Art of Living Dangerously. London: Polity, 2014.

FOSTER, J. Restoration of the Don Valley Brick Works: Whose Restoration? Whose Space? **Journal of Urban Design**, v. 10, n. 3, p. 331-351, 2006.

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge**: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977. New York: Pantheon Books, 1980.

FRANTZESKAKI, N.; KABISCH, N. Designing a knowledge co-production operating space for urban environmental governance - Lessons from Rotterdam, Netherlands and Berlin, Germany. **Environmental Science & Policy**, v. 62, p. 90-98, 2016.

GROSFOGUEL, R. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>. Acesso em: 21 jan. 2022.

GROVE, K. **Resilience**. New York: Routledge, 2018.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p 575-599, 1988.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble**. Durham: Duke University Press, 2016.

HARDING, S. **Sciences from below**: Feminisms, postcolonialities, and modernities. Durham: Duke University Press, 2008.

HART, A. *et al.* Uniting Resilience Research and Practice With an Inequalities Approach. **SAGE Open**, p. 1-13, October-December 2016.

HARTSOCK, N. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: HARDING, S. (ed.). **The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies**. New York: London: Routledge, 2004.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Revised Edition. Athens & London: University of Georgia Press, 2009.

HAYDEN, D. **The Power of Place**: Urban Landscapes as Public History. Cambridge: MIT Press, 1995.

HOOKS, b. **Teaching to Transgress**: Education as the Practice of Freedom. NYC: Routledge, 1994.

HU, A.; BATES, S. Internal climate variability and projected future regional steric and dynamic sea level rise. **Nature Communications**, v. 9, p. 1-11, 2018.

HULME, M. Problems with making and governing global kinds of knowledge. **Global Environmental Change**, v. 20, p. 558-564, 2010.

ISRAEL, A.; SACHS, C. A climate for feminist intervention: feminist science studies and climate change. *In*: ALSTON, M.; WHITTENBURY, K. (ed.) **Research, Action, and Policy: Addressing the Gendered Impacts of Climate Change**. Germany: Springer, 2013. p 33-51.

JALBERT, K. *et al.* **ExtrAction: Impacts, Engagement, and Alternative Futures**. New York: Routledge, 2017.

JASANOFF, S. (ed.). **States of Knowledge: The Co-production of Science and the Social Order**. London: Routledge, 2004.

LaDUKE, W. **Recovering the Sacred: the Power of Naming and Claiming**. Toronto: Between the Lines, 2005.

LEACH, M.; SCOONES, I.; STIRLING, A. **Dynamic sustainabilities: technology, environment, social justice**. Earthscan, 2010.

LEFEBVRE, H. **Writings on cities**. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

LIPSCHUTZ, R. **Global Environmental Politics**. Washington, DC: CQ press, 2004.

MacGREGOR, S. "Gender and Climate Change": from impacts to discourses. **Journal of the Indian Ocean Region**, v. 6, n. 2, p. 223-238, 2010.

MacGREGOR, S. Only Resist: Feminist Ecological Citizenship and the Post-politics of Climate Change. **Hypatia: a journal of feminist philosophy**, v. 29, n. 3, p. 617-633, 2014.

MALM, A. **The progress of this storm: Nature and society in a warming world**. Brooklyn: Verso, 2018.

MEEROW, S.; NEWELL, J. Urban Resilience for whom, what, when, where, and why? **Urban Geography**, v. 40, n. 3, p. 309-329, 2019.

MEEROW, S.; MILLER, T.; PAJOUHESH, P. **Social Equity in Urban Resilience Planning**. Em revisão.

MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution**. 1980.

MILLER, T. R.; CHESTER, M.; MUÑOZ-ERICKSON, T. Infrastructure for a stormy future: A more integrated and systemic approach is needed to ensure the nation's resilience in the face of a changing climate. **Issues in Science and Technology**, p. 47-58, 2018.

MUÑOZ-ERICKSON, T.; MILLER, C. A.; MILLER, T. R. How Cities Think: Knowledge Co-Production for Urban Sustainability and Resilience. **Forests**, v. 8, n. 6, 203, 2017. doi:10.3390/f8060203.

NEWELL, P. From Transitions to Transformation. *In*: SCOONES, I.; LEACH, M.; NEWELL, P. (ed.). **The politics of green transformations**. NYC: Routledge, 2015.

NIGHTINGALE, A. Beyond Design principles: Subjectivity, Emotion, and the (ir)rational Commons. **Society & Natural Resources**, v. 24, n. 2, p 119-132, 2011.

OBERMEISTER, N. From dichotomy to duality: Addressing interdisciplinary epistemological barriers to inclusive knowledge governance in global environmental assessments. **Environmental Science & Policy**, v. 68, p. 80-86, 2017.

ORTIZ, S. J. (ed.). **Speaking for the Generations: Native Writers on Writing**. Tucson: University of Arizona Press, 1988.

PEAKE, L. *et al.* Placing planetary urbanization in other fields of vision. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 374-386, 2018.

PELLING, M.; O'BRIEN, K.; MATYAS, D. Adaptation and Transformation. **Climatic Change**, v. 133, n. 1, p. 113-127, 2015.

PLUMWOOD, V. **Feminism and the Mastery of Nature**. London: Routledge, 1993.

POJANI, D.; WARDALE, D.; BROWN, K. Sexism and the city: how urban planning has failed women. **The Conversation**, 2018. Disponível em: <http://theconversation.com/sexism-and-the-city-how-urban-planning-has-failed-women-93854>. Acesso em: 21 jan. 2022.

QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

SANTOS, B. de S. (ed.). **Another Knowledge Is Possible: Beyond Northern Epistemologies**. London: New York: Verso, 2008.

SCOONES, I.; LEACH, M.; NEWELL, P. **The politics of green transformations**. NYC: Routledge, 2015.

SEAGER, J. Death by degrees: taking a feminist hard look at the 2° Climate Policy. **Women, Gender and Research**, 2009.

SEARS, A. **The Next New Left: A History of the Future**. Halifax: Fernwood, 2014.

SHI, L. *et al.* Roadmap towards Justice in Urban Climate Adaptation Research. **Nature Climate Change**, v. 6, n. 2, p. 131-37, 2016.

SIMPSON, L. **Dancing on our Turtle's Back: Stories of Nishnaabeg Re-Creation, Resurgence, and a new Emergence**. Winnipeg: Arbeiter Ring Publishing, 2011.

SIMPSON, A. **Mohawk interruptus: Political life across the borders of settler states**. Durham: Duke University Press, 2014.

SMITH, A. **Conquest: Sexual Violence and American Indian Genocide**. Cambridge: South End Press, 2005.

SMITH, A. Heteropatriarchy and the Three Pillars of White Supremacy. *In: INCITE! Women of Color Against Violence*. (ed.). **Color of Violence: The INCITE! Anthology**. Durham: Duke University Press, 2016. p. 66-73.

SMITH, L. T. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples**. London: New York: Zed Books, 1999.

SMITH, D. **The everyday world as problematic: A feminist sociology**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

SOVACOOOL, B.; LINNEN, B. O.; GOODSITE, M. The political economy of climate change adaptation. **Nature Climate Change**, v. 5, n. 7, p. 616-618, 2015.

TSCHAKERT, P. From impacts to embodied experiences: tracing political ecology in climate change research. **Danish Journal of Geography**, p. 144-158, 2012.

TUANA, N. Gendering Climate Knowledge for Justice: Catalyzing a New Research Agenda. *In: ALSTON, M.; WHITTENBURY, K.* (ed.) **Research, Action, and Policy: Addressing the Gendered Impacts of Climate Change**. Germany: Springer, 2013. p. 17-31.

US Census Bureau. **The American Indian and Alaska Native Population: 2010 Census Briefs**. Prepared by Tina Norris, Paul L. Vines, and Elizabeth Hoeffel. 2012.

VIVEIROS E CASTRO, E. Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 4, n. 3, p. 469-488, 1988.

WALIA, H. **Undoing Border Imperialism**. AK Press: Institute for Anarchist Studies, 2013.

WALKER, J.; COOPER, M. Genealogies of resilience: from systems ecology to the political economy of crisis adaptation. **Security Dialogue**, v. 42, n. 2, p. 143-160, 2011.

WEBB, R. *et al.* Sustainable urban systems: Co-design and framing for transformation. **Ambio February**, v. 47, n. 1, p 57-77, 2018.

WHYTE, K. Indigenous Climate Change Studies: Indigenizing Futures, Decolonizing the Anthropocene. **English Language**, v. 55, n. 1-2, p. 153-162, 2017.

WHYTE, K. Way Beyond the Lifeboat: An Indigenous Allegory of Climate Justice. *In*: BHAVNANI, K-K. *et al* (ed.). **Climate Futures: Reimagining Global Climate Justice**. London: Zed Books, 2019.

WILSON, S. **Research is Ceremony: Indigenous Research Methods**. Black Point: Fernwood, 2008.

Recebido em: 05 mai. 2021

Aceito em: 24 jan. 2022